

2.4.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

Foram realizados estudos de acordo com o escopo definido na Portaria nº 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que consistiu, para esta fase do licenciamento, em reconhecimento preliminar de campo na área diretamente afetada, levantamento exaustivo dos dados secundários, caracterização etno-histórica, avaliação do potencial arqueológico da área e dos impactos a que os sítios estão sujeitos.

O mapeamento de sítios arqueológicos foi realizado com informações obtidas com base nos dados secundários e em entrevistas durante o reconhecimento da área.

A partir desse diagnóstico será elaborado um programa de prospecção, na qual serão identificados os sítios arqueológicos existentes na área, o que permitirá então um mapeamento mais preciso do patrimônio arqueológico.

O presente documento tem por finalidade apresentar os resultados do diagnóstico arqueológico realizado na área onde está prevista a implantação de novas lavras para Extração de Calcário e Argila, bem como apresentar os próximos passos no desenvolvimento deste tema para a continuidade do processo de licenciamento.

Foi apresentado o Ofício Rhea 032/10 ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), comunicando a realização do Diagnóstico Arqueológico, ressaltando a não intervenção na área em cumprimento ao processo de licenciamento ambiental.

O diagnóstico arqueológico não interventivo, cujo conteúdo segue reproduzido no presente diagnóstico, foi aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do OF GAB/SE – ES/IPHAN/ES nº 236/2012 (Anexo 17).

2.4.3.1 Justificativas e Aspectos Legais

A pesquisa arqueológica efetuada visou atender a legislação brasileira concernente à proteção do patrimônio arqueológico, de acordo com o Termo de Referência aprovado pelo IEMA para o EIA. De acordo com a legislação vigente, os sítios arqueológicos são Patrimônio da União e sua proteção é estendida mesmo àqueles ainda desconhecidos. A proteção aos sítios arqueológicos está estabelecida na Lei Nº 3.924, de 26/07/1961. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, dispõe sobre a proteção aos sítios arqueológicos e o papel de Estados e Municípios em sua conservação.

O levantamento arqueológico prévio a empreendimentos geradores de impacto ambiental está previsto na Resolução CONAMA Nº 001, de 23/01/1986. A Lei Nº 9605, de 30/03/1998, Seção IV, dispõe sobre os crimes contra o patrimônio cultural. A necessidade de obtenção de autorização prévia para pesquisas arqueológicas é regulamentada nas portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Nº 07, de 01/12/1988 e Nº 230, de 17/12/2002.

Na Portaria nº 230, o IPHAN estabelece a pesquisa arqueológica necessária em cada fase do processo de licenciamento ambiental. Para a obtenção da Licença Prévia – LP deve ser realizado o Diagnóstico Arqueológico, quando é efetuado o levantamento de dados

secundários e um levantamento de campo, visando identificar as áreas com maior potencial arqueológico, subsidiando o projeto para aprofundamento dos estudos na fase seguinte¹.

Para a obtenção da Licença de Instalação - LI, a mesma portaria estabelece a pesquisa arqueológica através do aprofundamento do levantamento de campo nos locais indicados como potencialmente lesivos ao patrimônio e segundo as diretrizes propostas na fase anterior. Identificados os sítios arqueológicos, caso existam, deve ser elaborado um Programa de Resgate a ser implantado na fase seguinte.

E por fim, para a obtenção de Licença de Operação - LO deve ser executado o Resgate Arqueológico, com a escavação dos sítios afetados, se aplicado. Ressalta-se que as etapas acima são correlacionadas e sequenciais.

A Portaria nº 230 também prevê a responsabilidade do empreendedor na realização de Programas de Educação Patrimonial, nas análises de laboratório do material coletado e na sua guarda através de instituições adequadas, onde deverá permanecer o material oriundo de projetos de Salvamento Arqueológico, e sob a responsabilidade técnica de profissionais habilitados, com a devida autorização federal do IPHAN.

A proteção aos sítios arqueológicos também está prevista na legislação estadual do Espírito Santo. A Lei Nº 2.947/74 define o Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo, complementada pela Lei Nº 4.625/92. A Lei Nº 3.624/83 insere os sítios arqueológicos como área de interesse especial e turístico. A Lei Nº 4.126/88 dispõe sobre a política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluindo sítios arqueológicos como áreas de uso regulamentado. Finalmente, a Lei Nº 7.058/02 considera infração promover obra ou atividade em área protegida por lei sem licença, incluindo os sítios arqueológicos.

2.4.3.2 Procedimento de Pesquisa de Patrimônio Arqueológico

Inicialmente foram levantadas informações já disponíveis sobre a arqueologia da região, assim como dados da etno-história que permitiram formar um panorama sobre os sítios prováveis de serem encontrados na área. Na área de propriedade da empresa há alguns poucos moradores, que foram entrevistados, assim como antigos funcionários da empresa. No entorno há diversos moradores e comunidades, alguns dos quais foram entrevistados com o objetivo de se obter informações sobre o tema pesquisado.

A metodologia adotada para investigação da área teve a preocupação de interferir o mínimo possível nos sítios arqueológicos que viessem a ser encontrados, preservando-os para investigações futuras mais detalhadas. O trabalho em campo consistiu na observação extensiva, buscando diferentes estratos ambientais e locais propícios à ocupação humana dentro da área em questão. Além da observação de superfície, foram realizadas investigações de subsuperfície através da observação de local onde está se encontra exposta (buracos e barrancos, por exemplo). Prospeções sistemáticas na área, com

¹Segundo resolução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), informada através do ofício OF. CIRCULAR/21ªSR/IPHAN/Nº001/2008, não é mais necessária publicação de autorização de pesquisa para diagnósticos arqueológicos, devendo ser apresentado a esse instituto comunicação prévia a realização do mesmo (em anexo cópia do protocolo) e o relatório com os resultados obtidos que constitui o presente documento.

intervenções de subsuperfície, serão realizadas com a continuidade do projeto, em fases subsequentes do licenciamento ambiental.

O levantamento se concentrou na ADA e AID, aliando a estratificação ambiental à abordagem, procurando-se assim um melhor aproveitamento do tempo em campo, para otimizar a possibilidade de serem encontradas evidências arqueológicas na área em questão. Para a AII, o levantamento limitou-se a consulta às fontes secundárias. (Figuras 2.4.3.2-1 e 2.4.3.2-2)



Figura 2.4.3.2-1: Observação de superfície em área de plantio recente.



Figura 2.4.3.2-2: Barranco formado por corte de estrada utilizado para observação de subsuperfície.

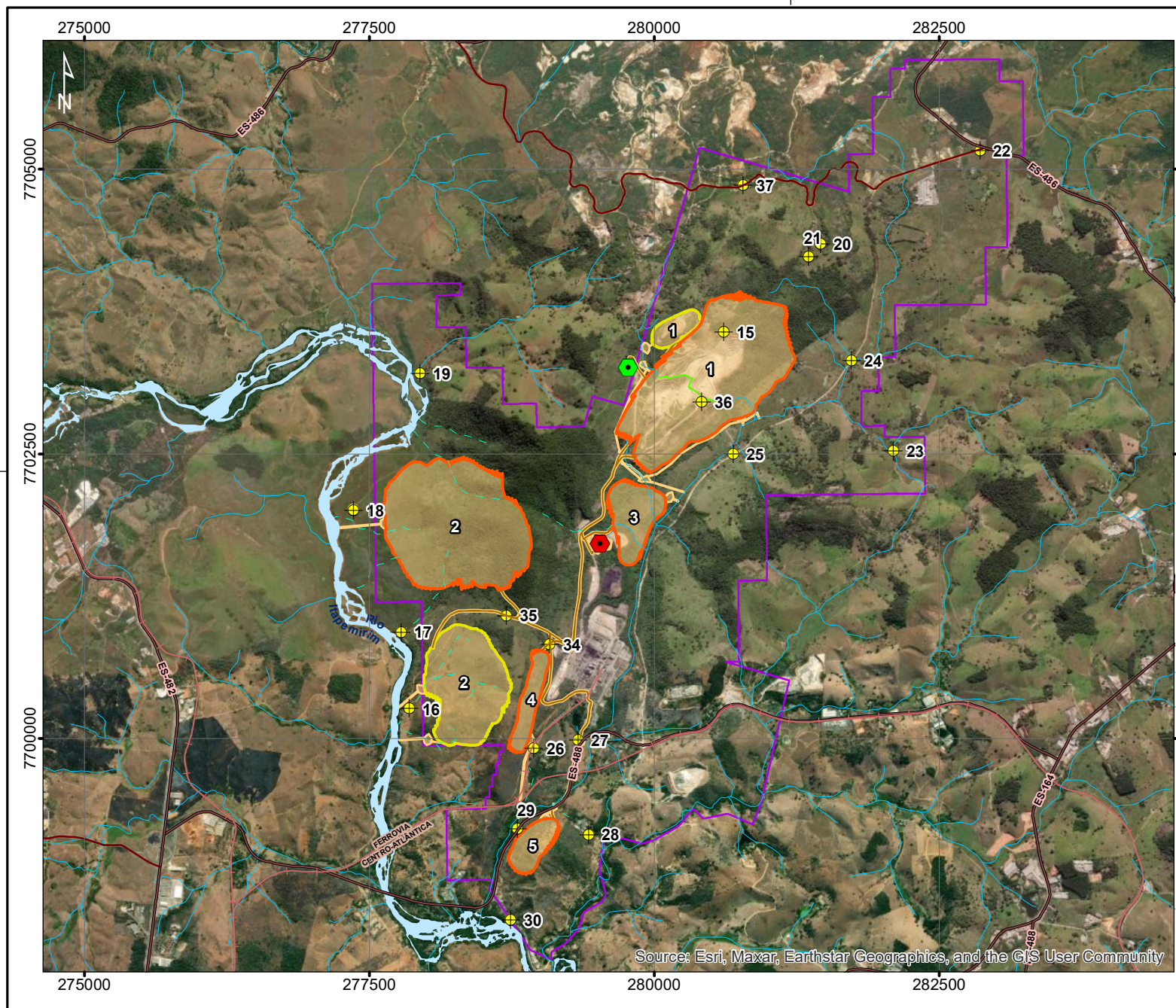
Em caso de locais potencialmente favoráveis à ocorrência de vestígios arqueológicos, ou se eles fossem identificados, seu ponto de ocorrência foi registrado com a utilização de GPS. Em caso de identificação de sítios, foi realizado o preenchimento da ficha de registro de sítios do IPHAN, assim como o registro fotográfico do contexto em que o sítio se insere e detalhes dos vestígios encontrados. Não foi prevista a coleta de material arqueológico nessa etapa, apenas em casos excepcionais, tendo sido realizado o registro fotográfico da área pesquisada e locais considerados de interesse.

Buscou-se assim traçar um diagnóstico sobre o potencial de ocorrência de sítios arqueológicos na área, de forma a subsidiar o programa de prospecções arqueológicas que será proposto com este trabalho, a ser realizado com a continuidade do empreendimento.

A Figura adiante apresenta a localização dos pontos de interesse, de acordo com a identificação constante na Tabela 2.4.3.2-1.

Tabela 2.4.3.2-1: Relação dos pontos percorridos durante as atividades realizadas em campo

PONTOS	COORDENADAS	
	LESTE (X)	NORTE (Y)
15	280611	7703568
16	277852	7700263
17	277778	7700938
18	277359	7702007
19	277943	7703206
20	281460	7704341
21	281354	7704228
22	282861	7705162
23	282100	7702527
24	281732	7703319
25	280694	7702497
26	278944	7699918
27	279331	7699989
28	279424	7699161
29	278799	7699208
30	278742	7698410
31	279124	7697131
32	278980	7696996
33	280050	7697457
34	279085	7700825
35	278704	7701082
36	280416	7702956
37	280782	7704857



LOCALIZAÇÃO

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Hidrografia Perene	Rodovia Estadual
Hidrografia Efêmera	Via Municipal
Drenagem Antropizada	Trecho Ferroviário
Rodovia Federal	Rio Itapemirim

LEGENDA

- Ponto Vistoriado
- Estrutura de Apoio aos Trabalhadores das Cavas
- Oficina de Veículos e Equipamentos Pesados
- Vias de Acesso Interno
- Cavas
- Depósito Controlado de Estéril
- Área Diretamente Afetada (ADA)
- Área de Estudo (Poligonais ANM)

Escala Gráfica: 0 250 500 1.000 1.500 m

Projeção UTM - Sistema de Coordenadas Planas
M.C.: -39° WGr. - Datum: SIRGAS 2000 - Zona: 24K

CBE
Companhia Brasileira de Equipamento

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE MINERAL DE EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E ARGILA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Figura 2.4.3.2-3 Mapa Arqueológico dos Pontos Vistoriados

Fonte: Dados IJSN e IBGE; CBE Companhia Brasileira de Equipamento (2023). Imagem ArcGis Online (2022);

Elaborado Por:
Patrícia R.M.Z.
CREA-ES 025490/D

Local:
Cachoeiro de Itapemirim - ES

Escala Numérica:	Data:	Revisão:	Folha:
1:50.000	Novembro/2023	00	A4

2.4.3.3 Diagnóstico Arqueológico

2.4.3.3.1 Contexto Arqueológico

♦ PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS ANTERIORES

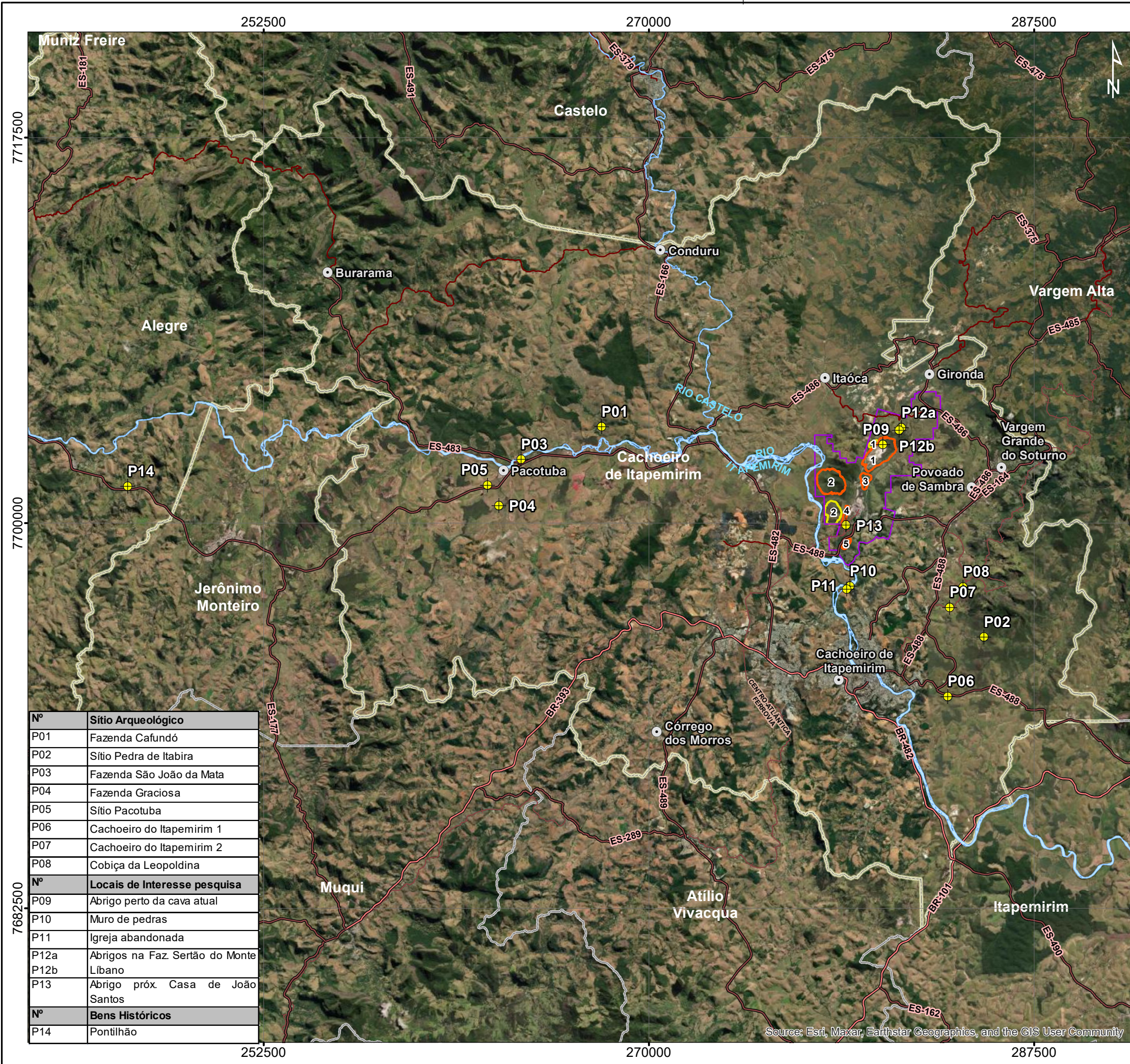
A consulta às fontes bibliográficas disponíveis forneceu algumas informações de pesquisas arqueológicas realizadas no município de Cachoeiro de Itapemirim. Essas pesquisas resultaram no registro de alguns sítios arqueológicos, nenhum deles na área do empreendimento ou em seu entorno imediato. A Figura 2.4.3.3.1-1 mostra a localização de tais sítios. Os pontos P09, P12a, P12b e P13 das edificações se encontram na AID ou ADA do empreendimento.

Dentre as pesquisas realizadas, destacam-se as prospecções efetuadas para implantação do mineroduto da Samarco (RIBEIRO, 2006, 2008 e 2010) e para a Ferrovia Costa Atlântica (CALDARELLI, 2008), que levaram ao registro dos sítios anteriormente mencionados. Outras pesquisas realizadas, como para um gasoduto (SAMPAIO, 2008), não levaram ao registro de sítios nesse município.

Há uma informação pouco precisa sobre vestígios arqueológicos na serra da Gironda, vale do rio Fruteiras, no município de Cachoeiro de Itapemirim, próximo a Vargem Alta. Lá teriam sido encontrados artefatos e fósseis datados em torno de 7.500 anos (PEROTA, 1995; CASAGRANDE *et al.*, 2003).

Cabe destacar ainda a notícia publicada no “Cachoeirano” de 28 de julho de 1882 (*apud* MACIEL, 2003, p. 146 -147), de cavernas encontradas com “ossos indígenas”. A caverna foi escavada por curiosos, que encontraram sepultamentos bem preservados com acompanhamentos funerários (moluscos e contas). Outra caverna foi encontrada próximo desta, também com ossos. Não há informações sobre a localização das cavernas, mas pelo texto pode-se supor ter sido no território de Cachoeiro de Itapemirim.

Os sítios registrados apresentaram vestígios pré-históricos e do período histórico, apresentando-se um pequeno resumo das informações obtidas nas prospecções, tanto para os sítios quanto para o patrimônio edificado (Pontilhão).



Nº	Sítio Arqueológico
P01	Fazenda Cafundó
P02	Sítio Pedra de Itabira
P03	Fazenda São João da Mata
P04	Fazenda Graciosa
P05	Sítio Pacotuba
P06	Cachoeiro do Itapemirim 1
P07	Cachoeiro do Itapemirim 2
P08	Cobiça da Leopoldina
Nº	Locais de Interesse pesquisa
P09	Abrigo perto da cava atual
P10	Muro de pedras
P11	Igreja abandonada
P12a	Abrigos na Faz. Sertão do Monte Líbano
P12b	
P13	Abrigo próx. Casa de João Santos
Nº	Bens Históricos
P14	Pontilhão

LOCALIZAÇÃO

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

●	Distrito	—+—	Trecho Ferroviário
—	Rodovia Federal	■	Massa d'água
—	Rodovia Estadual	□	Limite Municipal
—	Via Municipal		

LEGENDA

- Ponto de Interesse para Arqueologia
- Área de Estudo (Poligonais ANM)
- Área de Mineração/Cava
- Depósito Controlado de Esteril (DCE)
- Limite Municipal - Cachoeiro de Itapemirim e Alegre

Escala Gráfica: 0 875.750 3.500 5.250 m

Projeção: Universal Transversa de Mercator
Sistema de Coordenadas Planas
M.C.: -39° WGr. - Datum Horizontal: SIRGAS 2000 - Zona: 24k

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE MINERAL DE EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E ARGILA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Figura 2.4.3.3.1-1: Mapa de Localização dos Sítios Arqueológicos

Fonte: Dados IJSN (2015); Dados ICMBio, MMA, e IEMA; Dados CBE Companhia Brasileira de Equipamento.

Elaborado Por: Patrícia R.M.Z. CREA-ES 025490/D	Local: Cachoeiro de Itapemirim - ES
---	-------------------------------------

Escala Numérica: 1:175.000	Data: Novembro/2023	Revisão: 00	Folha: A3
----------------------------	---------------------	-------------	-----------

Source: Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community

- SÍTIO ARQUEOLÓGICO FAZENDA GRACIOSA²

A fazenda encontra-se no distrito de Pacotuba. Trata-se de um pequeno montículo dentro da planície cortada pelo ribeirão Mangueiras, encontraram-se vestígios pré-históricos. Esses montículos são pequenas elevações residuais com jazidas de matéria-prima, granito ou quartzo. Em uma delas, um funcionário da fazenda encontrou uma lâmina de machado polido, que jogou fora. O montículo com vestígios tem área aproximada de 360m², e somente no setor norte da elevação podem-se observar algumas lascas de quartzo hialino, além de pequenos blocos de quartzo leitoso.

- FAZENDA SÃO JOÃO DA MATA³

A fazenda encontra-se no distrito de Pacotuba, distando cerca de 1km a nordeste da Fazenda Graciosa. No local foram encontrados vestígios pré-históricos (ponta de flecha fragmentada e lascas de quartzo) e históricos (fragmentos de louças, tijolos, muro de pedras). Os vestígios se encontram em superfície e em estratigrafia e concentram-se no topo e base de um pequeno morro residual próximo à margem direita do rio Itapemirim, onde provavelmente se instalava a antiga sede. Segundo morador, mesmo tendo os morros a mesma feição, é nesse morrote que está a melhor terra.

Informações obtidas indicaram que fragmentos cerâmicos eram observados na outra margem do rio há mais de quarenta anos atrás. O sítio está bastante próximo ao rio, o que permite não só uma visão sobre ele e seu entorno, mas também por estar em altura, uma proteção no período de cheias.

No sopé do morro existe um muro de pedras, com cerca de 10m de comprimento ao longo da encosta, por 0,7m de altura. Possivelmente, trata-se de um muro de sustentação da encosta para proteger o morro das enchentes do rio. Ao menos em parte da área, onde coincidem as duas ocupações, os vestígios históricos e pré-históricos estão misturados.

- PEDRA DE ITABIRA⁴

O sítio encontra-se ao pé do Pico do Itabira, uma grande formação rochosa em forma de pão de açúcar, que é constituída por rochas de granito-gnaiss. A estrutura arqueológica localizada consiste num muro de pedras em junta seca que margeia o ribeirão e penetra terra adentro. O muro mede cerca de 2m de altura e 4m de extensão. Poucos metros a montante do córrego há restos de madeira que pertenceram a um engenho. É possível que esta estrutura em pedra fizesse parte do engenho.

² Resumido de Ribeiro, 2006.

³ Resumido de Ribeiro, 2006.

⁴ Resumido de Ribeiro, 2006.

- PONTILHÃO⁵

Trata-se de um pontilhão da antiga estrada de ferro Leopoldina, na margem esquerda do rio Ponte Braúna. A estrutura mede aproximadamente 6m de comprimento, 5m de altura e 4m de largura. O pontilhão foi construído no sentido NW/SE, sendo sua estrutura em pedras, ajustadas com cimento. Na parte superior, as vigas de cimento exteriores estão preenchidas por terra batida.

- FAZENDA CAFUNDÓ⁶

Situa-se a 800m do rio Itapemirim, na sua margem esquerda. Seu antigo nome era Fazenda Santa Rosa. Na área da fazenda foram localizados vários vestígios que provavelmente estão relacionados à ocupação histórica mais antiga da área (primeira sede da fazenda). Nessa área, afloram fragmentos de louças históricas e são observados grandes seixos arredondados de quartzo, que parecem ter sido parte de um piso antigo. Em um dos velhos terraços da margem esquerda do córrego Estrela do Norte e a 800m de sua foz, encontra-se um antigo cemitério com cerca de dez túmulos (coordenadas 24K 0267597 / UTM 7704194). Trata-se de um cemitério de escravos que foi utilizado esporadicamente até os anos de 1980 pelos moradores do quilombo de Monte Alegre, situado a 5km da fazenda. Os túmulos estão distribuídos numa área de aproximadamente 60 x 40m, sendo feitos em pedra e tijolo, somente tijolo ou tijolo e cimento.

Próximo ao cemitério, na margem esquerda do rio, em terreno recentemente arado, observou-se o único local da fazenda em que foram encontrados vestígios pré-históricos, sendo três lascas de quartzo e três fragmentos cerâmicos. A Fazenda Cafundó tem grande potencial para a pesquisa arqueológica, pela presença de vestígios pré-históricos e históricos, incluindo um cemitério associado ao quilombo de Monte Alegre.

- SÍTIO ARQUEOLÓGICO PACOTUBA⁷

Situado às margens da BR 483 (ao sul), em terras da fazenda Graciosa, a área é um pequeno elevado com um grande brejo disposto no sentido leste-oeste em sua base (norte). Esses morrotes ocorrentes na região apresentam os blocos de quartzo, o que pode ter atraído grupos indígenas ao local na busca de matéria-prima de boa qualidade para o lascamento. Durante as prospecções, somente o setor em torno de um cocho de cimento atual para alimentação do gado apresentou vestígios arqueológicos. Trata-se de uma área de aproximadamente 30x20m, com vestígios arqueológicos concentrados nos 20cm iniciais. Predominam grandes quantidades de fragmentos de vidro, alguns fragmentos de louça sem decoração, além de algumas lascas de quartzo hialino e dois fragmentos de cerâmica. O local está bastante perturbado, e o avançado estado de destruição do sítio não abre perspectivas para estudos futuros.

⁵ Resumido de Ribeiro, 2006.

⁶ Resumido de Ribeiro, 2006. No relatório, consta como Jerônimo Monteiro em um local, e Cachoeiro de Itapemirim em outro. Pelas coordenadas informadas, é Cachoeiro de Itapemirim.

⁷ Resumido de Ribeiro, 2008.

- SÍTIO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM⁸

Sítio histórico, implantado em topo de colina, próximo ao Córrego Cobiça. Possui área aproximada de 25.750 m². O material observado, fragmentos de cerâmica, de louça, inclusive decorada (esponjada), fragmentos de telha meia-cana, tijolos e vidro plano (provavelmente de janela), indica uma edificação do final do século XIX.

- SÍTIO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM 2⁹

Foram encontradas duas áreas de concentração de louça decorada e não decorada, telha e tijolos, tanto em superfície quanto em subsuperfície. A área de concentração 1, cercada pelo Córrego Cobiça (a E e SE), apresenta maior densidade de material que a área de concentração 2. Na margem esquerda do Córrego Cobiça fica o antigo leito da Estrada de Ferro Leopoldina. O sítio possui uma área total aproximada de 1.560 m².

- SÍTIO COBIÇA DA LEOPOLDINA¹⁰

Sítio histórico correspondente à Estação Ferroviária Cobiça da Leopoldina e seu entorno, desativada e em estado de completo abandono. Considerado de alta relevância em seu registro, possui 60 m² de área construída e se encontra à esquerda do eixo da antiga ferrovia.

2.4.3.3.2 Panorama Arqueológico

As pesquisas realizadas fora do município em estudo fornecem indicadores do panorama arqueológico possível. Foram registrados em municípios vizinhos, na região serrana, sítios líticos pré-cerâmicos (IPHAN; PEROTA, 1995) e sítios cerâmicos relacionados à Fase Tangui da Tradição com (PEROTA, 1974 e 1995) e, no litoral, a Fase Cricaré da Tradição Tupiguarani (PEROTA, 1972).

Em Muqui, Celso Perota registrou um sítio arqueológico, denominado Abrigo Fortuna, com ossos humanos, lítico lascado e fragmentos cerâmicos. Não há informação sobre o período cultural a que estaria relacionado (CNSA).

No município de Castelo ele encontrou cinco sítios arqueológicos, sendo quatro abrigos sob rocha e um aberto. A “Gruta do Limoeiro” (ES-CI-1), tombada pelo Conselho Estadual de Cultura, possui uma ocupação pré-cerâmica e outra cerâmica (ACHIAMÉ, 1991; PEROTA, 1995).

O sítio ES-CI-2 (Sombra da Tarde), também abrigo, é citado por Perota (1975) com uma ocupação cerâmica associada à fase Tangui da Tradição Una. Esse sítio é um abrigo funerário, também associado à Tracomão Una. O “Estrela do Norte I” é um sítio aberto com

⁸ Resumido de Caldarelli, 2008.

⁹ Resumido de Caldarelli, 2008.

¹⁰ Resumido de Caldarelli, 2008.

cerâmica da comdição Una, localizado atrás da Igreja de São João Batista, nessa comunidade (Perota, comunicação pessoal setembro 2004).

Também relacionado com tradição Una, foi registrado o sítio ES-GU-2, em Itaoca, município de Itapemirim (JP ENGENHARIA, 1995). Nas proximidades da foz do rio Itapemirim, quando da realização das obras do Parque de Exposição desse município, foi encontrado um sítio cerâmico da Tradição Una, identificado através das urnas funerárias evidenciadas. Segundo Perota (comunicação pessoal, 2007), esse sítio foi registrado no IPHAN, porém não consta no cadastro de sítios arqueológicos dessa instituição.

Outros sítios mencionados para esse município estão relacionados ao período histórico. São eles: o Canavial¹¹ (SAMPAIO, 2008), Casarão Fazenda Santa Helena (CALDARELLI, 2007), Itapemirim 1, Itapemirim 2 e Itapemirim 3 (CALDARELLI, 2008). Também são informadas oito ocorrências arqueológicas menores, denominadas Ocorrência 1, 2 e 3 (MOI *et al.*, 2008); OC-14, OC-17, OC-18, OC-19 e OC-20 ^aSCATAMACHIA, 2006a).

Sítios e ocorrências do período histórico são também indicados para o município de Rio Novo do Sul: Rio Novo 1, Rio Novo 2 (CALDARELLI, 2008), e as Ocorrências 4 e 5 (SANTOS, 2009).

Em Jerônimo Monteiro, há registro de apenas um sítio, identificado como Sítio Arqueológico 321, onde foram encontrados vestígios históricos e pré-históricos, em um contexto cultural bastante alterado (RIBEIRO, 2006).

Os sítios da Tradição Tupiguarani registrados até o momento mais próximos estão no litoral sul. Os sítios ES-GU-1 e ES-GU-9 estão localizados em Piúma, próximo ao vale do rio Itapemirim (PEROTA, 1974 e 1975; JP Engenharia, 1995).

Essas informações indicam um panorama cultural diversificado possível de ser encontrado na região em estudo. Apresenta-se uma breve síntese das ocupações humanas esperadas para a região, a partir dos dados disponíveis:

♦ CAÇADORES-COLETORES DO INTERIOR

Há informações sobre a existência de sítios arqueológicos relacionados a grupos caçadores-coletores, tanto no litoral quanto na região serrana. Pertencem a grupos culturais e períodos distintos, habitantes de ambientes diversificados. São subdivididos genericamente em caçadores-coletores do litoral, de pouco interesse para o presente estudo, e caçadores-coletores do interior.

O subgrupo do interior era formado por caçadores-coletores generalizados, possivelmente relacionados ao período de ocupação mais antigo do estado. Sua cultura material é composta por artefatos líticos lascados, como pontas de projétil, facas, raspadores e furadores.

¹¹ Esse sítio consta no CNSA como localizado em “Cachoeiro de Itapemirim”, possivelmente por erro de digitação ao preencher a ficha de registro. Pelas coordenadas, o sítio está localizado no município de Itapemirim

A ocupação da região sul do estado pode remontar a 7.500 anos, considerando informações pouco precisas sobre vestígios arqueológicos na serra da Gironda, vale do rio Fruteiras, município de Cachoeiro de Itapemirim, próximo a Vargem Alta (PEROTA, 1995; CASAGRANDE *et al.*, 2003).

No município de Castelo, Perota registra o abrigo “ES-CI-1” e faz referência a outro abrigo com ocupação desse período, a “Gruta do Limoeiro” (1995). A Gruta do Limoeiro foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura (ACHIAMÉ *et al.*, 1991). Escavações realizadas por Perota na “Gruta do Limoeiro” em 1979 evidenciaram oito sepultamentos fletidos, recobertos de ocre, além de pontas de flecha, contas de colar, e, na área externa, polidores.

No vale do rio Muqui, afluente do rio Itapemirim, no município de Muqui, foi encontrado um abrigo sob rocha em afloramento calcário onde foram encontrados restos esqueléticos e material arqueológico lítico e cerâmico. O sítio está situado na cabeceira do rio Muqui (Perota, comunicação pessoal) (Figura 2.4.3.3.2-1)

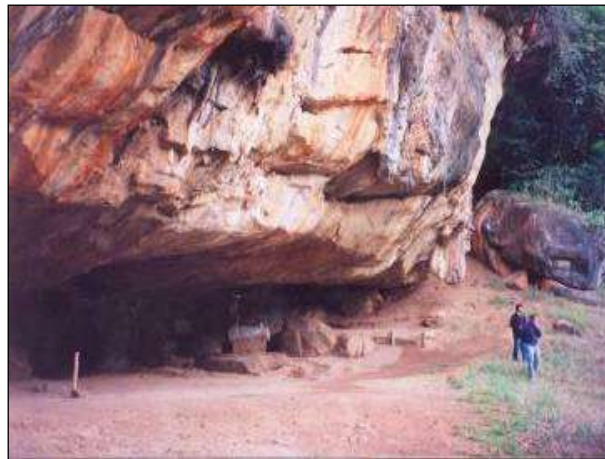


Figura 2.4.3.3.2 -1: Gruta do Limoeiro (Foto Celso Percom).

◆ TRADIÇÃO UNA

Tradição dos mais antigos ceramistas do sudeste brasileiro, os sítios a ela relacionados são encontrados tanto no interior quanto no litoral. Possivelmente sejam grupos com maior grau de sedentarismo, já praticantes da horticultura (CARVALHO, 1987).

No Espírito Santo, é representada pela *Fase Tangui*, a mais recente dessa tradição, relacionada pelos dados etnográficos aos índios “Puri-Coroados”. Em Castelo, na região serrana sul do estado, Perota (1975) registra o sítio ES-CI-2 (Sombra da Tarde), datado por C14 em 1140 +/- 80 A.P. (SI-1189). No sítio “Sombra da Tarde” foram encontrados sepultamentos fletidos, lâminas de machado polidas e moluscos terrestres – megalobulinus (CASAGRANDE *et al.*, 2003).

Também em Castelo, relacionado a essa tradição, Perota localizou o sítio “Estrela do Norte I”, sítio aberto próximo ao rio Estrela. Esse sítio foi encontrado durante a construção da igreja de Santa Clara, na comunidade Estrela do Norte, sendo evidenciados fragmentos cerâmicos, pontas de flecha e dentes de animais (PEROTA, comunicação pessoal

setembro 2004; CASAGRANDE *et al.*, 2003). No litoral sul, foi registrado o sítio ES-GU-2, em Itaoca, município de Itapemirim, no vale do rio de mesmo nome (JP ENGENHARIA, 1995).

Nas proximidades da foz do rio Itapemirim, quando da realização das obras do Parque de Exposição do município de Itapemirim, foi encontrado um sítio comâmico da Tradição Una. Foi identificado através das urnas funerárias evidenciadas. Esse sítio foi registrado no IPHAN, porém ainda não consta no cadastro de sítios arqueológicos dessa instituição (PEROTA, comunicação pessoal 2007).

Os sítios dessa tradição estão em abrigo sob rocha ou a céu aberto, em pequenas ocupações, com até 90 centímetros de profundidade. A cerâmica é acordelada, com bases modeladas, temperada com quartzo, hematita e mica. Cerâmica predominantemente simples, ocorrendo também vermelha e polida-estriada. A queima é oxidante incompleta, predominando a coloração preta ou marrom-escura na superfície e núcleo dos fragmentos. Formas geralmente globulares, ocorrendo tigelas fundas e rasas, bordas na maioria diretas. A indústria óssea é representada por pontas de projétil e ossos cortados. A indústria lítica inclui batedores e lascas de quartzo, além de um raspador em calcedônia (PEROTA, 1974).

♦ **TRADIÇÃO TUPIGUARANI**

Tradição de agricultores ceramistas de ampla difusão no território brasileiro, relacionada etnograficamente aos índios do tronco linguístico Tupi-Guarani. Na região sudeste, ocorre a *Subtradição Pintada*, com decoração rica e formas variadas, destacando-se a pintura característica vermelha e/ou preta sobre fundo branco ou creme. Formavam assentamentos semipermanentes, podendo manter acampamentos específicos para a exploração de um recurso (CARVALHO, 1987).

No Espírito Santo, os sítios dessa tradição são encontrados desde a década de 50 (RUSCHI, 1953; ORSSICH, 1981; PEROTA, 1972), com ampla ocorrência já registrada. Na região serrana central do estado (Santa Teresa) e no litoral sul (Piúma) foi registrada a Fase Cricaré.

Os sítios da *Fase Cricaré* ocorrem próximo às margens de rios, com cerâmica friável, temperada com quartzo, feldspato e raramente mica. Além dos fragmentos simples e da pintura policrômica característica, branco, vermelho e preto, ocorre também decoração plástica (corrugada, unzulada, incisa, escovada, entalhada e ponteadas). Há pequena quantidade de material lítico, ocorrendo afiadores, lascas de quartzo e machados polidos.

Os sítios dessa tradição mais próximos à área em estudo estão no litoral, na localidade de Morro Aga no município de Piúma. Foram considerados neste estudo pela proximidade com a bacia do Itapemirim e os possíveis contatos entre grupos do interior e litoral. O sítio ES-GU-1 foi relacionado à fase Cricaré e datado por C-14 em 1055 ± 80 A.P. / 895 ± 80 A.D.¹² (SI-828) (PEROTA, 1974 e 1975). No sítio ES-GU-9 foi encontrada uma urna funerária, e assim como o ES-GU-1, foi considerado destruído na ocasião de seu registro (JP ENGENHARIA, 1995).

¹² *Anno Domini*, ou Ano do Senhor, referente à era Cristã.

2.4.3.3.3 Contexto Etno-Histórico

A área em estudo está inserida em região de grande riqueza histórica. Além dos sítios testemunhos da ocupação pré-histórica citados anteriormente, há menção a locais de interesse histórico. No município são registrados ainda outros bens históricos.

2.4.3.3.3.1 A Presença Indígena

Na região montanhosa central do Espírito Santo, as referências etnográficas são para índios da família Puri – Coroados, sendo a presença mais significativa de índios Puri. São descritos como “nômades selvagens”, e muito temidos pelos viajantes por seu comportamento hostil (COUTINHO, 2002; MAXIMILLIANO, 1958; NIMUENDAJU, 1981; SAINT-HILAIRE, 1974).

“A região do alto Itapemirim é habitada pelas hordas bravias dos tapuias, sobretudo pelos Puris e, como os mineiros asseveram, por outra tribo selvagem, que apelidam de Maracás. (...) Os Botocudos, porém, que são os verdadeiros tiranos desses ermos, ainda fazem grandes incursões rio abaixo.” (MAXIMILLIANO, 1958).

Esse naturalista informa que o temor aos Botocudos era tal que um grupo Puri chegou a pedir proteção aos portugueses devido a seus ataques. Apesar da grande quantidade de índios hostis que habitavam a região, dificultando um maior desenvolvimento da agricultura e seu avanço para o interior, foi aberta uma estrada de Minas do Castelo à fronteira com Minas Gerais, denominada Estrada do Rubim ou São Pedro de Alcântara (MAXIMILLIANO, 1958; FONTAN, 1998).

Segundo Maximilliano (1958), os Puris circulavam por uma grande área, de Minas Gerais até possivelmente o litoral, onde habitavam os índios Tupi (Tupinambá, Tupiniquim e Temiminó). Cultivavam mandioca, milho, batatas, abóboras e outros vegetais. São hábeis caçadores, utilizando grandes e robustos arcos e flechas. Descreve suas habitações como “as mais primitivas do mundo”, facilmente abandonadas por locais com maior abundância de caça. Cita panelas, pratos e tigelas feitos de cabaça e cuia, além de cestos de palha e outros objetos, mas não menciona artefatos cerâmicos, líticos, ou outros identificáveis arqueologicamente. Saint-Hilaire (1974) cita um colar de dentes e sementes que ganhou feito por índios dessa etnia.

Os índios Puris foram associados por Perota (1995) com radição arqueológica Una, e os índios Tupi são tradicionalmente associados à Tradição arqueológica Tupiguarani.

Já no período histórico, a mineração do ouro chegou até as cabeceiras do rio Caxixe, levando a novos conflitos com os índios. Por volta de 1846, pequenos grupos de índios Puris foram aldeados na região serrana, nas cabeceiras dos formadores do Itapemirim. Inicialmente, foram aldeados em Barcellos, no atual município de Domingos Martins, porém mudando para local mais fértil nas cabeceiras do rio Castelo. Esse aldeamento, denominado Imperial Affonsino, é a base de formação da cidade de Conceição do Castelo, com índios “domesticados” provenientes de Minas do Castelo (PEROTA, 1995; FONTAN, 1998) (Figura 2.4.3.3.3.1-1)

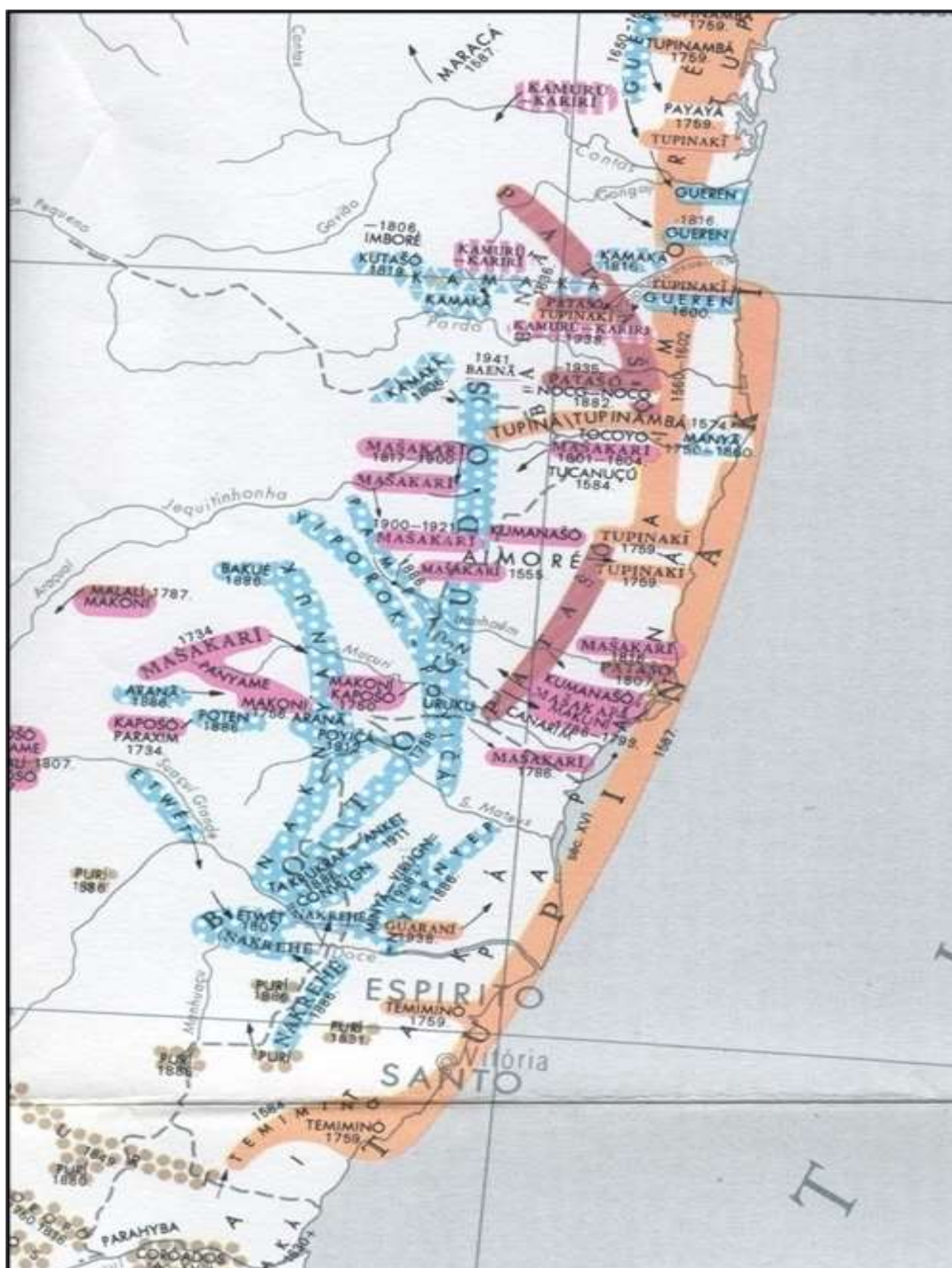


Figura 2.4.3.3.1-1: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajá (1981). Recorte mostrando o predomínio de índios Tupi no litoral e índios Puri e Botocudo no interior.

2.4.3.3.2 Breve Histórico da Colonização Europeia Regional

A região, até então dominada pelos Puris, teve o início da ocupação europeia ligada à atração exercida pelo ouro das minas descobertas nas regiões compreendidas por Castelo. A busca de ouro em Castelo remete ao início do século XVIII, no ribeirão de Santana, hoje Fazenda da Povoação (ARARIPE, 1979).

Alguns estudiosos, entretanto, indicam o início da colonização da região por jesuítas, que teriam construído a igreja de Nossa Senhora do Amparo em 1625, na localidade de Montes Castello, aldeando cerca de 3.000 habitantes nessa época. Esses pesquisadores atribuem aos jesuítas o início da mineração da região, vindo os mineiros atrás da notícia do ouro aí descoberto. A construção da igreja no século XVII estaria registrada no Livro de Tombo da Paróquia de Itapemirim, mas não haveria comprovação da atividade de mineração por jesuítas por fugir ao seu objetivo principal, a catequese (CASAGRANDE *et al.*, 2003).

No início do século XIX, a colonização para o interior do Espírito Santo ainda estava em expansão. Em 1814, inicia-se a construção da Estrada São Pedro de Alcântara entre as Províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, também conhecida como Estrada do Rubim, devido ao então governador espírito-santense. Para isso, foram estabelecidos diversos quartéis como defesa contra os ataques indígenas. Em 1834, entretanto, a estrada ainda não era considerada concluída. O traçado original serviu de base para a atual BR-262, com desvios em alguns trechos (FONTAN, 1998).

Saint Hilaire (1974), em sua viagem ao Espírito Santo na primeira metade do século XIX, informa que a Vila de Itapemirim estava apenas em formação. Relata também a existência de nove engenhos de açúcar ao longo da parte navegável do Itapemirim (entre a foz e as cachoeiras). Considera que ainda que as margens do Itapemirim não sejam tão férteis quanto os arredores de Campos, ainda assim são de grande fertilidade. Já menciona Cachoeiro de Itapemirim, onde o melhor açúcar branco era vendido por dois mil réis a arroba.

Nas visitas do Bispo Coutinho à região em 1812 e 1819, não faz referência ainda a Cachoeiro, mas menciona que os matos do Itapemirim ainda são infestados do Gentio (COUTINHO, 2002). Maximiliano (1958), que também passou pela região no início do século XIX, considera Itapemirim uma pequena vila, sem fazer menção a Cachoeiro, e enfatiza os perigos da viagem devido aos ataques de índios.

Em 1812, Francisco Alberto Rubim teve a tarefa de desenvolver o povoamento do Espírito Santo, sendo considerado praticamente como o “fundador” da cidade de Cachoeiro, fazendo menção a ela em ofício de 1819.

Conforme o site oficial do município¹³:

“A primeira incursão exploradora organizada ocorreu entre 1820 e 1825, época em que foi concedida ao Tenente Luiz José Moreira meia légua de terras. Na mesma época foram constituídos postos de policiamento, denominados quartéis de pedestres, para proporcionar garantia aos habitantes que haviam se instalado no lugar, próximo do obstáculo rural do

¹³Informações obtidas no site do município (<http://www.cachoeiro.es.gov.br>).

encachoeiramento do rio, ponto de parada dos raros tropeiros que desciam do sertão e iam se acomodando nessas paragens e plantando suas lavouras. O Governador Rubim fez construir à margem sul do rio o Quartel da Barca, que foi u—a homenagem a Luiz Araújo - Conde da Barca, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Dom João VI. Com essa iniciativa os povoadores tiveram proteção contra as incursões dos índios Puris e Botocudos, que hostilizavam aqueles que percorriam a região à procura do ouro que os rios prometiam, ou até mesmo os lavradores que desejavam trabalhar a terra com plantação de cana-de-açúcar. Por determinação do Governador Rubim havia um patrulhamento realizado por pedestres, que descia do Cachoeiro até a Vila de Itapemirim, prosseguindo até o Quartel de Boa Vista, situado na barreira do Siri, em frente a Ilha das Andorinhas, regressando ao ponto de partida, alternando em sentido contrário com a patrulha do Quartel de Boa Vista. (...) Os quartéis tiveram seus efetivos aumentados, e foi nos seus arredores que começou a formação dos primeiros núcleos populacionais com pequenas plantações de mandioca, bananeiras e cana-de-açúcar. A pesca e a caça davam condições fartas aos habitantes. Começava a lenta penetração no território dos silvícolas para o domínio dos desbravadores. Os fazendeiros de Itapemirim começavam a estender suas propriedades pelas margens do rio, sendo que, onde hoje está plantada nossa cidade foram fazendas pertencentes, outrora, a alguns deles, entre os quais citamos Joaquim Marcelino da Silva Lima (Barão de Itapemirim), figura principal do sul do Estado naquela época, Manoel José Esteves de Lima, um português que criou cidades e povoações no sul do Estado.”

2.4.3.3.3.3 O Desenvolvimento De Cachoeiro De Itapemirim¹⁴

Ainda que o povoamento de origem europeia tenha se iniciado na região com a busca de ouro em Castelo, no alto curso da bacia do rio Itapemirim, foi o café o grande responsável pelo crescimento dessa região. Até meados do século XIX, a colonização europeia do território onde se insere o atual município de Cachoeiro de Itapemirim e seu entorno foi pouco expressiva, pois ainda se iniciava a expansão cafeeira na região.

Geograficamente, o acesso à região era difícil, caracterizada como região montanhosa, com seus vales bastante inclinados e coberta de florestas fechadas. O combate aos indígenas se tornou cada vez mais intenso. Cachoeiro de Itapemirim era entreposto de comercialização dos produtos agrícolas, tornando-se centro urbano, com funções mais diversificadas com a chegada do café. O processo de expansão agrícola levou aos desmatamentos para a formação dos cafezais, seguindo o curso do rio Itapemirim, vindos do Rio e de Minas.

Grandes latifundiários dominavam a região de Itapemirim, da Vila até Cachoeiro. Dentre eles, destaca-se o Barão de Itapemirim, que dominava toda margem direita, até as terras do Bananal próximo a Duas Barras. Durante a fase da cana-de-açúcar, Cachoeiro era um povoado perdido à margem do rio Itapemirim. De um lado do rio existiam 20 fazendas de açúcar, em sua maioria desenvolvidas a vapor. Essas fazendas abasteciam de aguardente e açúcar toda a província, e exportavam ainda, em grande quantidade, para o Rio de Janeiro. A arrecadação do sul do estado era basicamente café e um pouco de cana, que já vivia sua fase de decadência. A primeira casa construída em Cachoeiro de Itapemirim foi de Manoel de Jesus Lacerda no ano de 1846, logo depois foram surgindo as primeiras

¹⁴Informações obtidas no site do município (<http://www.cachoeiro.es.gov.br>).

casas comerciais no centro da Vila, próximo à antiga matriz do Senhor dos Passos, sede da freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim. Dentre os cidadãos que se estabeleceram entre os anos de 1840 e 1855 está Francisco de Souza Monteiro, da fazenda Monte Líbano, integrando o primeiro núcleo de povoadores.

Com a Abolição da Escravatura no final do século XIX, a migração italiana para o sul do estado influencia a produção cafeeira, em bases familiares. A família Volpini, associada posteriormente à indústria de cimento, chega a Cachoeiro entre 1892 e 1894 (MACIEL, 2003).

A implantação do ramal da Rede Ferroviária Leopoldina em 1912 favorecia o escoamento da produção cafeeira. A ferrovia ligava Minas Gerais ao Município de Castelo, sendo o porto Itapemirim também utilizado para o escoamento. Com a decadência do café, a pecuária se torna a atividade predominante, principalmente a leiteira.

Em 1886 iniciou-se o assentamento dos trilhos. A estrada tinha um ramal para Castelo e outro para Alegre. Naquela época, a capital capixaba do café tinha vínculos mais estreitos com o Rio de Janeiro, a capital Federal, do que com Vitória.

2.4.3.3.3.4 A Indústria de Cimento e a Fazenda Monte Líbano

A Fazenda Monte Líbano era propriedade do capitão Francisco de Souza Monteiro, que faz parte do primeiro núcleo de colonizadores e participou da formação da câmara. Foi uma das maiores fazendas do município, e até 1887 (quando morreu o capitão) era formada por 3 sesmarias, além da fazenda “Cachoeira Alegre” anexa a ela. Entre seus filhos, destaca-se Jerônimo Monteiro, que foi presidente do estado. Foi o capitão Souza quem construiu com recursos próprios a igreja Nosso Senhor dos Passos, tombada pelo Conselho Estadual de Cultura (MACIEL, 2003). A família Monteiro foi considerada a mais poderosa do sul do estado (MOREIRA, 2004).

Os escravos da Fazenda Monte Líbano eram conhecidos pela aparência robusta e boa vestimenta, denotando ser bem tratados. Eram considerados “Minas”, e a eles também eram permitidas as atividades culturais negras, em um quadro de exceção ao usual na região. Após a alforria, a fazenda, que fora bastante próspera com o trabalho negro escravo, só aceitava trabalhar com brancos livres (MACIEL, 2003; MONTEIRO, 2004).

A fábrica de cimento “Monte Líbano” foi construída no final da rua Moreira entre 1911 e 1912. A matéria-prima era transportada da Fazenda Monte Líbano por meio de caçambas suspensas em cabos de aço e sustentadas por torres de madeira, numa distância de 5 quilômetros.¹⁵ Essa fábrica esteve parada por alguns anos, funcionando entre 1924 e 1926 como Sociedade Industrial Monte Líbano, por arrendamento do estado. Paralisou novamente até 1936, quando foi reativada pela firma Barbará (MACIEL, 2003).

¹⁵ Cabe ressaltar que essa distância é coerente com o atualmente observado em linha reta, entre o local de antiga exploração de calcário indicado próximo à igreja abandonada, na AID do empreendimento em estudo, e a rua Moreira na área urbana de Cachoeiro de Itapemirim. Estudos complementares, entretanto, precisam ser efetuados para afirmar ser o mesmo local, ainda que possível.

Em 1951, a empresa “Barbará e Cia Ltda.” está associada à “Companhia de Cimento Portland Volpini”. Há ampliação da fábrica e necessidade de instalar uma nova, considerando a abundância de calcário na Fazenda Monte Líbano, e sua fácil exploração. Em 1958, Elpídio Volpini perde a fábrica para o grupo Montini, que inaugurou em 1959 a fábrica de cimento Ouro Branco (MACIEL, 2003).

Em 1961, é fundada por João Pereira dos Santos a fábrica de cimento Nassau – Itabira Agro Industrial S/A, que representa a continuidade da fábrica de cimento “Monte Líbano, implantada em 1912 (MACIEL, 2003).

Também é mencionado para a região, que ficou conhecida como “Monte Líbano”, o “Patronato Monte Líbano”, fundado em 1951, a 6 km da cidade na estrada que vai para a fábrica de cimento. Funcionava como um internato, possuindo uma área de aproximadamente 40 alqueires.

2.4.3.3.3.5 Patrimônio Edificado

No município de Cachoeiro de Itapemirim, não há bens edificados tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Duas edificações, entretanto, são tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura desde 1985. São elas:

- Igreja de Nosso Senhor dos Passos: Está situada na Rua Padre Mello, Bairro Independência. Em 1879 o capitão Francisco de Souza Monteiro constrói uma capela para uso familiar, doada à comunidade católica do município de São Pedro do Cachoeiro em 1882. Esse episódio parece ter incentivado a conclusão, nesse mesmo ano, da Capela de Nosso Senhor dos Passos. A bênção inaugural é recebida dois anos depois, antes de ser elevada a matriz, dedicada a São Pedro, situação mantida até 1949 quando nova matriz é inaugurada. Proteção legal: Resolução nº 04/85 do Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro de Tombo das belas Artes, nº 4, Folhas 1v e 2; e no Livro de Tombo Histórico, nº 83, Folhas 9v e 10 (ALMEIDA, 2009).
- Palácio Bernardino Monteiro: Está situado na Praça Jerônimo Monteiro, 32, Centro. Sua construção se iniciou durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), inicialmente para abrigar a Escola Bernardino Monteiro, sendo inaugurada em 1913. Atualmente, funciona a sede do governo municipal. Proteção legal: Resolução nº 05/85 do Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro de Tombo das belas Artes, nº 5, Folhas 1v e 2; e no Livro de Tombo Histórico, nº 84, Folhas 9v e 10 (ALMEIDA, 2009) (Figura 2.4.3.3.3.5-1).



Figura 2.4.3.3.5-1: Palácio Bernardino Monteiro.

Além destas, outras edificações são consideradas de interesse histórico e cultural pela municipalidade, o que levou a seu tombamento pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Cachoeiro do Itapemirim (COMDUR) em 1996. São elas¹⁶:

- Ponte Francisco Alves de Athayde (Ponte do Arco): Liga os bairros Coronel Borges e Arariguaba. Construída em 1954, pela Prefeitura Municipal, mantém o seu uso para travessia de pedestres e veículos leves. Proteção legal: Resolução nº 004/96. Tombamento nº 14/96 do COMDUR.
- Centro Operário e de Proteção Mútua: Situado na Rua 25 de Março, nº 171, Centro. Sede da Associação e Instituto Histórico e Geográfico, construído por volta de 1913 em função da Estrada de Ferro Caravelas. Proteção legal: Resolução nº 001/96. Tombamento nº 11/96 do COMDUR.
- Sede da Sociedade Musical “Lira de Ouro”: Situada na Rua Costa Pereira, nº 64, Centro. Construída por volta de 1923, pela Sociedade Musical, que mantém o seu uso para ensaios. Proteção legal: Resolução nº 001/96. Tombamento nº 11/96 do COMDUR.
- Casa dos Braga: Situada na Rua 25 de Março, nº 166, Centro. Foi declarada de utilidade pública, por ali terem vivido os irmãos Newton e Rubem Braga, filhos do Cel. Francisco de Carvalho Braga, primeiro prefeito da cidade. Newton Braga, Proteção legal: Resolução nº 009/96. Tombamento nº 19/96 do COMDUR.
- Casa da Memória: Situada na Rua 25 de Março, nº 106, Centro. Construída por volta de 1920, quando há registro de sua venda em cartório. Foi declarada de utilidade pública para desapropriação em 1987. Imóvel considerado de grande valor histórico por ter mantido suas linhas arquitetônicas originais, abriga atualmente a Biblioteca Pública Municipal. Proteção legal: Resolução nº 007/96. Tombamento nº 17/96 do COMDUR.

¹⁶ Esses bens constam em “Patrimônio Histórico – Bens Tombados”, trabalho coordenado por Adilson Dilem dos Santos para a Prefeitura Municipal de Cachoeiro do Itapemirim, sem data, consulta do na Biblioteca Pública Municipal da cidade.

- Loja Maçônica Fraternidade e Luz: Situada na Rua 25 de Março, nº 100, Centro. Primeira loja maçônica, onde funciona a sede da maçonaria e a Escola de 2º Grau Guimarães Rosa. Construção entre 1904 e 1907. Proteção legal: Resolução nº 002/96. Tombamento nº 12/96 do COMDUR.
- Chafariz da Praça Jerônimo Monteiro: Situado na Praça Jerônimo Monteiro, Centro. Foi construído em 1912, no local do viradouro das locomotivas pertencentes à Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Espírito Santo e Caravellas. Proteção legal: Resolução nº 006/96. Tombamento nº 16/96 do COMDUR.
- Matadouro Municipal: Rua Alfredo Martins do Amaral, s/n, Bairro Baiminas. Construído pela prefeitura em 1937, mantém o uso para abate de bovinos e suínos. Proteção legal: Resolução nº 008/96. Tombamento nº 18/96 do COMDUR.
- Mercado Municipal: Rua Costa Pereira, nº 119, Centro. Construído em 1921, pela Prefeitura Municipal, mantém o seu uso comercial. Proteção legal: Resolução nº 005/96. Tombamento nº 15/96 do COMDUR.

São considerados também como de interesse histórico e cultural para o município, porém sem menção a instrumentos de proteção legal¹⁷:

- Casa de Cultura Roberto Carlos: Situada na Rua João Madureira de Deus, Centro, é a casa onde nasceu e viveu até os 13 anos Roberto Carlos Braga. Foi adquirida pela Prefeitura Municipal e por ela restaurada para valorizar sua arquitetura original. Possui fotos, discos, quadros, instrumentos musicais de um dos mais admirados cantores brasileiros.
- Estação Ferroviária: Localizada no Centro e inaugurada em 1903, a Estação Ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim ligou durante décadas o sul do Estado ao Rio de Janeiro e Vitória. O prédio mantém as características da construção e atualmente abriga cursos e oficinas profissionalizantes e de lazer. Também mantém o acervo das atividades ferroviárias no município, como registros fotográficos, documental, móveis e um torno que era utilizado para construir peças de reposição da linha férrea e das locomotivas, disponíveis para consulta.
- Teatro Municipal Rubem Braga: Situado na Rua Joaquim Vieira, s/nº, Bairro Guandu, é um espaço destinado a apresentações teatrais, danças, shows e eventos, com capacidade para 292 pessoas.
- Fábrica de Pios: Localizada na Ilha da Luz, foi fundada em 1903 por Maurílio Coelho, sendo a única especializada na fabricação de pios artesanais na América latina. Produz mais de 40 diferentes tipos de pios esculpidos em madeira nobre, reproduzindo com fidelidade o canto de várias espécies de aves. Exportadas para muitos países, eram utilizados para caça, sendo atualmente muito usado por biólogos, ambientalistas e observadores de pássaros, além de músicos (Figura 2.4.3.3.5-2)

¹⁷Informações obtidas no site do município (<http://www.cachoeiro.es.gov.br>).



Figura 2.4.3.3.3.5-2: Estação ferroviária de Cachoeiro do Itapemirim

2.4.3.3.3.6 Reconhecimento de Campo

A área de influência direta foi percorrida de forma extensiva, sendo realizado o reconhecimento dos compartimentos ambientais e feita a vistoria dos locais com visibilidade em busca de possíveis vestígios arqueológicos. De forma geral, é uma área bastante acidentada, com morros altos, estando as áreas de relevo mais suave e favoráveis à habitação de longa duração nas proximidades dos vales dos rios. O rio Itapemirim delimita a oeste a área em estudo, e o vale do Córrego Jacaré (afluente do Itapemirim) está próximo ao seu limite leste.

A vegetação originalmente existente está relacionada aos domínios da Mata Atlântica, sendo encontrada na área em estudo principalmente nos topos de morros e encostas íngremes. A área de relevo mais suave é ocupada principalmente por pastagens, havendo ainda locais desprovidos de vegetação devido à atividade de mineração e seu beneficiamento.

As entrevistas realizadas com funcionários da empresa indicam que as atividades antrópicas na área remontam a mais de meio século, uma vez que a fábrica de cimento foi implantada em 1957 pela Cimento Barbará, sendo posteriormente adquirida pelo atual proprietário, Itabira Agro Industrial S.A. O terreno da empresa foi formado pela compra de diversas propriedades, adquiridas de fazendeiros e posseiros que já habitavam o local havia bastante tempo. Praticamente toda a área, então, teria sido desmatada pelos antigos proprietários, ficando a vegetação original restrita ao topo dos morros íngremes, sendo a mata, atualmente observada, fruto da regeneração natural ocorrida ao longo dos anos¹⁸.

A observação do solo em superfície foi efetuada de forma oportunística, em locais com cultivo recente ou desprovidos de vegetação. A visibilidade de subsuperfície foi favorecida em diversos barrancos expostos ao longo das estradas existentes na AID do empreendimento (Figura 2.4.3.3.3.6-1).

¹⁸ Informação oral obtida com Cleidson Santos, gestor de mineração, em 19/10/2010.



Figura 2.4.3.3.3.6-1: Aspecto da visibilidade do solo na AID, com plantio recente.

A área em estudo está inserida em um contexto de rochas graníticas, cortadas por veio de rochas calcárias que predominam na AID. O Pico do Itabira, marco paisagístico da região, é observado de diversos pontos, inclusive da fábrica. Os afloramentos rochosos encontrados, principalmente próximos ao rio e córregos, foram vistoriados em busca de sinais de uso por populações pretéritas. Não houve identificação de possíveis vestígios arqueológicos na vistoria realizada, não tendo sido encontrados indicativos de extração de matéria-prima além da mineração contemporânea, nem uso da rocha como suporte para arte rupestre ou polimento (Figuras 2.4.3.3.3.6-2 e 2.4.3.3.3.6-3).



Figura 2.4.3.3.3.6-2: Pico do Itabira, marco paisagístico de rocha granítica observado da área do empreendimento.



Figura 2.4.3.3.3.6-3: Veio de granito na mina de calcário.

Nas proximidades da extremidade norte da Cava 1 atual, foi observado um pequeno abrigo com aproximadamente 10 metros de profundidade, dois metros de largura e dois metros de altura¹⁹. Apesar de pequeno, poderia ser utilizado para ocupação humana. O solo é o vermelho argiloso comum na região, não tendo sido observados grafismos rupestres ou

¹⁹ Informação verificada a partir de entrevista realizada com Sr. Genaro Mazzocco, funcionário da fábrica há 38 anos. Por ter trabalhado na topografia, possui grande conhecimento sobre a área.

material lítico, além de blocos da mesma rocha do abrigo. Faz-se necessário a prospecção do abrigo com intervenções no solo, de forma a assegurar que não haverá comprometimento de patrimônio arqueológico, uma vez que este se encontra na ADA. Coordenadas do abrigo (P15) (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 277943 / 7703206.

Aproximadamente 50 metros ao norte desse abrigo, há outro menor, formado apenas por um matacão junto à encosta íngreme. Este, contudo, não oferece condições para ocupação humana. A cerca de 500 metros a sudoeste dos abrigos, foi observada uma drenagem, mostrando a presença de água potável que favoreceria a ocupação mesmo distante de córregos maiores. Coordenadas da drenagem (P36) (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 280416 / 7702956. (Figuras 2.4.3.3.3.6-5 a 2.4.3.3.3.6-7)



Figura 2.4.3.3.3.6-4: Vista dos abrigos próximos à cava 1. O maior deles está em primeiro plano.



Figura 2.4.3.3.3.6-5: Detalhe da abertura do abrigo maior, próximo à cava 1.



Figura 2.4.3.3.3.6-6: Fragmentos de cerâmica industrializada encontrada em abrigo próximo à cava 1.

Percorrendo-se a área em direção oeste, percebe-se próximo a um dos locais previstos para implantação do DCE 2 (ADA), uma antiga extração de argila onde está prevista a Cava 4. É uma área de morros medianos, com pastagens e um grande fragmento de mata em direção norte. O solo argiloso vermelho predominante é observado também no perfil exposto pelos barrancos formados pelo corte da estrada. Coordenadas da extração de

argila e barranco na estrada utilizado para observação de subsuperfície (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 279085 / 7700825 (P34); 278704 / 7701082 (P35) (Figuras 2.4.3.3.3.6-7 e 2.4.3.3.3.6-8)



Figura 2.4.3.3.3.6-7: Antiga extração de argila a oeste da área do empreendimento.



Figura 2.4.3.3.3.6-8: Barranco na estrada utilizado para observação de subsuperfície, nas proximidades do DCE2.

Em alguns trechos do lado oeste da área em estudo, o vale do Itapemirim se encontra encaixado nessa margem, apresentando planície mais ampla em outras partes, de acordo com a dinâmica do rio. Em alguns pontos, o morro praticamente encosta na margem do rio, como nas proximidades do local previsto para implantação do DCE 2. Há uma fazenda de propriedade da empresa na parte sudoeste da área em estudo. Com a ausência do encarregado, não havia pessoas a quem entrevistar nessa parte. Coordenadas pontos observados (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 277852 / 7700263 (P16) fazenda; 277778 / 7700938 (P17) exemplo de vale estreito do Itapemirim. (Figuras 2.4.3.3.3.6-9 e 2.4.3.3.3.6-10)



Figura 2.4.3.3.6-9: Vale estreito do rio Itapemirim na parte a oeste da área em estudo.



Figura 2.4.3.3.6-10: Vista do vale do rio Itapemirim, parte sudoeste da área estudada.

Em direção noroeste, a planície fluvial torna-se mais ampla nessa margem do rio, com áreas favoráveis a ocupações humanas por períodos longos. Uma casinha de taipa aparentemente abandonada foi observada, mas o acesso ao local não foi identificado. Essa parte da área estudada, próximo ao limite oeste da área destinada a implantação da Cava 2, é então potencialmente favorável a ocorrências arqueológicas. Coordenadas de exemplo de vale do Itapemirim com relevo suave (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 277359 / 7702007 (P18) (Figura 2.4.3.3.6-11).



Figura 2.4.3.3.6-11: Vale do Itapemirim com relevo favorável à ocupação de longa duração, na parte noroeste da área em estudo.

Ainda na parte oeste da área estudada, próximo ao Itapemirim, pessoa residente no local há 72 anos, nunca encontrou vestígios arqueológicos na região. Seu pai já possuía terras no local, e a única caverna que conhece nessa área é a existente próximo à residência da Diretoria da Itabira. Além desta, sabe da existência de cavernas na Gironda. Um local de interesse para a pesquisa em curso seria próximo ao rio, onde já foi encontrada “canela de índio”. Esse local, porém, não seria de acesso possível no momento, devido ao mato alto e fechado, sendo necessária a abertura de picada. A propriedade do morador se encontra a margem do Rio Itapemirim, próximo ao ponto P19 e é conhecida como “salgadinho”, nome

do córrego que a corta Itaoca Pedra (*datum* WGS 84, fuso 24 S); coordenadas da casa do entrevistado: 277943 / 7703206 (P19).

Na extremidade norte da AID está a localidade de Alto Moledo, também conhecida pelo antigo nome de Serra Dourada. O representante da comunidade, um dos mais antigos moradores, há 60 anos no local, nunca ouviu falar de algum possível vestígio arqueológico na região, nem soube informar de algum local de interesse para essa pesquisa. Seu pai, que também era morador do local e caçador, nunca fez comentário algum a respeito, não mencionando nem grutas ou cavernas, apesar de conhecer bem toda a região. Segundo ele, ali já foi chamado de “Sertão de Monte Líbano”. Coordenada da pessoa entrevistada (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 280782 / 7704857 (P37).

Na parte norte da área em estudo, próximo ao limite da cava futura a ser implantada (ampliação da atual), encontra-se a fazenda de um antigo proprietário da região, que reside no local há 60 anos. Atualmente a propriedade, denominada “Sertão Monte Líbano”, está sob os cuidados dos filhos deste morador. Na fazenda existem vários pequenos abrigos, estando no lado oposto do morro onde foi encontrado o abrigo junto à cava atual. Próximo ao local onde ficava a antiga residência, já arruinada, há um pequeno abrigo com aproximadamente 10 metros de largura, 4 metros de profundidade e cerca de 3 metros de altura. Aparentemente há pouco solo, logo em seguida evidenciando-se laje de pedra pela observação efetuada. Não foram identificados vestígios de arte rupestre ou outros de interesse para a arqueologia.

A aproximadamente 60 metros desse abrigo há um abrigo maior, com cerca de 20 metros de largura e 4 metros de profundidade e altura. Aparentemente há uma maior espessura de solo, mas o abrigo está ocupado por esteios da antiga casa desmanchada. O solo é argiloso e amarelado. Segundo relatos, já foram encontrados “coriscos”²⁰ na propriedade, mas não sabe indicar o local. Há um pequeno córrego e nascente próximo aos abrigos, propiciando boas condições para ocupação humana.

Outro abrigo existente na propriedade é conhecido como “Toca do Índio”, onde podia ser encontrado pedaços de “bilha”²¹. Próximo a ele, há outro menor e em local mais íngreme, mas possível de ser ocupado temporariamente. Três outros pequenos abrigos foram observados na vistoria realizada na propriedade, que tem um alto potencial arqueológico. Apesar de estar no alto do morro, o relevo é suave, com diversos pequenos abrigos e nascente, e vista privilegiada da região, sendo visível o Pico do Itabira. Os sete abrigos identificados respectivamente com as coordenadas (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 281460 / 7704341 (P20) e 281354 / 7704228 (P21). (Figuras 2.4.3.3.3.6-12 a 2.4.3.3.3.6-15).

²⁰ Nome popularmente utilizado para lâminas de machado líticas polida, também podem se referir a seixos rolados.

²¹ Possivelmente se refere a fragmentos de cerâmica.



Figura 2.4.3.3.6-12: Abrigo na Fazenda Sertão Monte Líbano: local ocupado por esteios da antiga casa.



Figura 2.4.3.3.6-13: Abrigo na Fazenda Sertão Monte Líbano, denominado "Toca do Índio".



Figura 2.4.3.3.6-14: Vista da região a partir da Fazenda Sertão Monte Líbano. Observar afloramentos rochosos onde se encontram pequenos abrigos e Pico do Itabira ao fundo.



Figura 2.4.3.3.6-15: Vista da lavra atual em relação à Fazenda Sertão Monte Líbano.

A extremidade nordeste da AID se insere no amplo vale do córrego Jacaré, que desce em direção sul, mantendo-se um relevo suave por boa parte do lado leste da área em estudo. Duas casas antigas de taipa foram observadas, mas não havia moradores na ocasião da vistoria para entrevistas. Coordenadas pontos observados (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 282861 / 7705162 (P22) extremidade nordeste; 282100 / 7702527 (P23) extremidade leste; 281732 / 7703319 (P24) e 280694 / 7702497 (P25) casas de taipa. (Figuras 2.4.3.3.6-16 e 2.4.3.3.6-17).



Figura 2.4.3.3.6-16 Vale córrego do Jacaré, favorável a ocupação humana de longa duração.



Figura 2.4.3.3.6-17: Casa de taipa no vale do córrego Jacaré.

Segundo um morador da região e funcionário da CBE, a Serra da Gironde, onde há informação de sítio arqueológico de caçador-coletor, dista cerca de 5 quilômetros, pertencendo à mesma cadeia da serra onde se encontra a lavra de calcário. A outra informação de abrigo conhecido na área de propriedade da empresa, obtida com um outro morador e indicada, é o abrigo em afloramento rochoso da residência da diretoria da Itabira. Buscou-se o acesso ao local a partir da linha férrea, mas foi encontrado apenas um pequeno abrigo, sem vestígios observados. Deve, contudo, também ser incluído em prospecção com a continuidade das pesquisas. Coordenadas do abrigo (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 278944 / 7699918 (P26). (Figura 2.4.3.3.6-18)



Figura 2.4.3.3.6-18: Abrigo em afloramento abaixo da Residência da diretoria da Itabira.

Nesse trecho, observou-se alguns locais de relevo mais suave, de planície fluvial, oferecendo condições favoráveis para ocupação humana de longa duração. Nele se localiza o frigorífico municipal. Coordenadas pontos observados (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 279331 / 7699989 (P27); 279424 / 7699161 (P28).

Um dos locais destinados à cava futura, está em morro de tamanho e inclinação mediana, sendo observado no barranco formado pelo corte da estrada o veio de calcário. Coordenadas pontos observados (*datum* WGS 84, fuso 24-S): 278799 / 7699208 (P29 - Cava 5); 278742 / 7698410 (P30). (Figuras 2.4.3.3.3.6-19 e 2.4.3.3.3.6-20)



Figura 2.4.3.3.3.6-19: Local de relevo suave, ao fundo, favorável à Ocupação humana, prox. a curso d'água onde está o frigorífico municipal.



Figura 2.4.3.3.3.6-20: Local de cava futura (ADA) na parte sudeste da área em estudo.

O rio Itapemirim próximo da parte sul da área em estudo apresenta trechos com afloramentos rochosos, formando corredeiras. Próximo a esse ponto, há um muro de pedras junto à estrada. Segundo informações, de moradores das proximidades, aqui teria sido o local da antiga fábrica de cimento, antes de ir para as atuais instalações. Não sabe quando isso ocorreu, mas teria sido há mais de 50 anos. Essa informação precisaria ainda de confirmação, mas esse seria um local de interesse para a memória regional. Coordenadas do muro (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 279124 / 7697131 (P31). (Figuras 2.4.3.3.3.6-21 e 2.4.3.3.3.6-22).



Figura 2.4.3.3.3.6 -21: Vista de afloramento rochoso no rio Itapemirim, formando corredeiras, na parte sul da área em estudo.



Figura 2.4.3.3.3.6 -22: Muro de pedras, na parte sul da área em estudo, possível local do teleférico que transportava o minério até a fábrica da Barbará, na cidade.

Na extremidade sudoeste da área em estudo, próximo do local anteriormente indicado como sendo o teleférico que transportava o minério até a fábrica da Barbará, situada na cidade, havia uma igreja abandonada.

De acordo com o RT CPM 347/11, protocolado e aprovado pelo IPHAN por meio do ofício OF GAB/SE-ES/IPHAN/ES nº236/2012 (Anexo 17), a área foi construída entre a planície fluvial e morro suave, havia área recentemente plantada com eucalipto junto a ela quando da realização das atividades de campo, permitindo boas condições de visibilidade para vistoria de superfície. Foram encontrados apenas um fragmento de louça, um de cerâmica e dois de vidro, que podem ser modernos. Não há indicação de data no frontão da igreja, que aparentava ser do século XX.

No âmbito do relatório técnico (RT CPM 347/11), apresentado ao órgão, essa localidade em análise foi identificada como um possível foco para investigação mais abrangentes em futuros estudos, sendo um local de potencial interesse para preservação da memória regional. Coordenadas da igreja (*datum* WGS 84, fuso 24 S): 278980 / 7696996 (P32). (Figuras 2.4.3.3.3.6 -23 e 2.4.3.3.3.6 -24)

Entretanto, é relevante destacar que, após o protocolo do relatório (RT CPM 347/11) junto ao IPHAN, a igreja foi demolida em conformidade com um comum consenso a solicitação da comunidade local. A decisão de demolir a igreja foi motivada pela apreensão da população em relação à potencial utilização do espaço por usuários de drogas. Além disso, visitas realizadas revelaram que o edifício apresentava deficiências na segurança estrutural.



Figura 2.4.3.3.3.6 -23: Vista de igreja abandonada no vale do rio Itapemirim, na extremidade sudoeste da área em estudo.



Figura 2.4.3.3.3.6 -24: Detalhe dos vestígios observados em plantio de eucalipto recente próximo à igreja abandonada.



Figura 2.4.3.3.3.6 -25: Casa localizada na extremidade sudeste da AID.

A parte leste da área em estudo é dominada pelo vale do córrego Jacaré, sendo a maior extensão de área plana da AID, oferecendo boas condições de habitação de longa duração (Figura 2.4.3.3.3.6 -26).



Figura 2.4.3.3.3.6 -26: Vale do Córrego Jacaré, parte leste da AID.

A área em estudo é favorável para assentamentos humanos, com diversos ambientes identificados: tanto abrigos em alto de morros elevados com nascentes próximas, como vales de rios com relevo suave a plano. Esses ambientes diversificados proporcionam acesso a recursos econômicos variados em uma pequena distância, como água potável, pesca, coleta e caça, além da possibilidade de horticultura.

As condições ambientais observadas, assim como os registros arqueológicos já efetuados para a região, indicaram ser essa uma área de potencial arqueológico, apesar de já antropizada com maior ou menor intensidade em alguns trechos, e ser de relevo acidentado em diversas partes. Dessa forma, a intensificação da pesquisa deverá ocorrer com a realização dos programas subsequentes propostos, para assegurar a proteção de sítios arqueológicos porventura existentes.

Na tabela abaixo estão listados todos os resultados obtidos durante as atividades realizadas em campo.

Tabela 2.4.3.3.6-1: Sítios, ocorrências arqueológicas e locais de interesse registrados no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Nº	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Período	Referência
01	Fazenda Cafundó	267849 / 7704375	Histórico, XIX	Ribeiro, 2006; Ribeiro, 2010
02	Sítio Pedra de Itabira	285218 / 7694831	Histórico	Ribeiro, 2006; Ribeiro, 2010
03	Fazenda São João da Mata	264183 / 7702891	Pré-Histórico e Histórico, XIX	Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2010
04	Fazenda Graciosa	263181 / 7700798	Pré-Histórico	Ribeiro, 2008
05	Sítio Pacotuba	262660 / 7701731	Pré-Histórico e Histórico, XIX	Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2010
06	Cachoeiro do Itapemirim 1	283562 / 7692122	Histórico, XIX	Caldarelli, 2008
07	Cachoeiro do Itapemirim 2	283659 / 7696177	Histórico	Caldarelli, 2008
08	Cobiça da Leopoldina	284258 / 7697103	Histórico	Caldarelli, 2008
Nº	Locais de Interesse pesquisa	Coordenadas	Período	Situação
09	Abrigo perto da cava atual	280611 / 7703568	-	ADA

Tabela 2.4.3.3.6-1: Sítios, ocorrências arqueológicas e locais de interesse registrados no município de Cachoeiro de Itapemirim. Continuação.

Nº	Locais de Interesse pesquisa	Coordenadas	Período	Situação
10	Muro de pedras	279124 / 7697131	Histórico, XX	AID
11	Antiga Igreja abandonada	278980 / 7696996	Histórico, XX	AID
12	Abrigos na Faz. Sertão do Monte Líbano	281460 / 7704341 e 281354 / 7704228	-	AID
13	Abrigo próximo da Residência da diretoria da Itabira.	278944 / 7699918	-	AID
Nº	Bens Históricos	Coordenadas	Tombamento	Referência
14	Pontilhão	246319 / 7701669	-	Ribeiro, 2006; Ribeiro, 2010
	Palácio Bernardino Monteiro	Centro	CEC, 1985	Almeida, 2009
	Igreja Nosso Senhor dos Passos	Bairro Independência	CEC, 1985	Almeida, 2009
	Ponte do Arco (Francisco Athayde)	Bairros Cel Borges e Arariguaba	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Centro Operário e de Proteção Mútua	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Sede da Sociedade Musical "Lira de Ouro"	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Casa da Memória	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Primeira Loja Maçônica	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Chafariz da Praça Jerônimo Monteiro	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Prédio do Matadouro Municipal	Bairro Baiminas	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Prédio do Mercado Municipal	Centro	COMDUR, 1996	Santos, s/d
	Casa dos Braga	Centro	COMDUR, 1996	http://www.cachoeiro.es.gov.br
	Casa de Cultura Roberto Carlos	Centro	-	http://www.cachoeiro.es.gov.br
	Estação Ferroviária	Centro	-	http://www.cachoeiro.es.gov.br
	Teatro Municipal Rubem Braga	Bairro Guandu	-	http://www.cachoeiro.es.gov.br
	Fábrica de Pios	Ilha da Luz	-	http://www.cachoeiro.es.gov.br

2.4.3.4 Considerações Finais

A área onde se insere o empreendimento é de relevância pré-histórica e histórica, como testemunhado pelos sítios registrados na região, relacionados a diferentes períodos culturais. Cabe destacar o sítio registrado na Serra da Gironde, em ambiente semelhante ao encontrado na AID, além do potencial no vale do rio Itapemirim e seu afluente, córrego Jacaré. Já no período histórico, a AID possivelmente coincide, ao menos em parte, com terrenos da Fazenda Monte Líbano, cujo proprietário foi um dos pioneiros na região, com grande relevância política e econômica.

Os dados etnográficos indicam a ocupação indígena da região, e ainda que a colonização europeia tenha se intensificado só no século XIX, logo se revestiu de grande importância para o cenário estadual, com grandes fazendas que se relacionavam diretamente com o Rio de Janeiro. Assim, tanto sítios do período histórico quanto pré-históricos são passíveis de serem registrados na AID. A área estudada faz parte de uma das grandes fazendas registradas no século XIX, e também está relacionada aos primórdios de uma das mais importantes atividades econômicas ainda em curso na região, a mineração.

O processo de destruição dos sítios arqueológicos é intenso. Os mesmos atrativos encontrados pelo homem pré-histórico para se fixar em um local, como variedade de recursos alimentares, disponibilidade de água potável e acessibilidade, foram também buscados pelos colonizadores. Com isso, muitos assentamentos coloniais se deram em locais anteriormente habitados pelas populações nativas.

Dessa forma, os sítios arqueológicos pré-históricos próximos a áreas urbanas acabaram por se tornar raros, aumentando seu valor para estudos. A preservação dos remanescentes deve ser assegurada. Com isso, torna-se importante a identificação dos sítios localizados na área a ser diretamente afetada pela instalação do empreendimento, sendo necessária a intensificação das pesquisas na fase subsequente do processo de licenciamento ambiental, conforme previsto na Portaria nº 230 do IPHAN.

A área de implantação do empreendimento é extensa, incluindo locais de difícil acesso e visibilidade, já alterada em diferentes graus de intensidade por ações humanas. Essas atividades podem ter afetado a integridade de possíveis sítios arqueológicos existentes na área, mas não necessariamente os destruiriam em todos os casos.

Os estudos arqueológicos anteriores indicam que os sítios prováveis no contexto do empreendimento poderiam ser tanto acampamentos de pequena duração para coleta de recursos alimentares, quanto sítios habitação de longa duração, por diferentes grupos culturais, tanto pré-históricos quanto históricos.

Dessa forma, considerando o contexto pré-histórico e etno-histórico regional, o acelerado processo de destruição dos testemunhos do passado e os preceitos legais, recomenda-se a prospecção arqueológica na área diretamente afetada pelo empreendimento, conforme programa a ser implantado com a continuidade do projeto.

Concomitantemente ao programa de prospecção, será implantado um programa de educação patrimonial. Ambos os conteúdos (Programa de Prospecção Arqueológica e Programa de Educação Patrimonial) estão em fase de contratação da empresa responsável pela elaboração e, após executados e finalizados, seus conteúdos serão apresentados ao IEMA, sendo protocolados de forma a complementar o presente EIA/RIMA, juntamente com a respectiva manifestação do IPHAN quanto à sua aprovação para a implantação do empreendimento e continuidade deste processo de licenciamento ambiental, em atendimento à condicionante nº 5 da LP nº 171/2020.